

**O HIBRIDISMO FILOSÓFICO  
DA OBRA *O PRÍNCIPE* DE MAQUIAVEL:  
REDESCOBRINDO METODOLOGICAMENTE  
SUAS IDEIAS FUNDAMENTAIS<sup>1</sup>**

THE PHILOSOPHICAL HYBRIDISM OF THE MACHIAVELLI'S *THE PRINCE*:  
REDISCOVERING METHODOLOGICALLY ITS FUNDAMENTAL IDEAS

*Heraldo Elias Montarroyos*<sup>2</sup>

**RESUMO:**

O artigo procura fazer, sinteticamente, o inventário epistemológico das ideias da obra *O Príncipe*, de Maquiavel, tentando identificar a estrutura conceitual do hibridismo filosófico desenvolvido por esse autor quando ele tentou encontrar uma solução política inédita para resolver o vazio institucional de sua época. Com esse propósito, desenvolvemos uma metodologia própria através da qual fica claro que o Príncipe não existe concretamente na história, entretanto, para se tornar uma realidade na Terra, deveria contar com a disposição de um homem que se comportaria de maneira híbrida, sobre-humana, extraordinária, e sintética, no sentido de resolver determinados tipos de problemas que impediam a emergência natural ou mesmo contratual do Estado moderno na península itálica.

**Palavras-chave:** hibridismo filosófico; política animal; inventário epistemológico das ideias.

**ABSTRACT:**

The article seeks to do, briefly, the inventory of epistemological ideas of the work *The Prince*, of Machiavelli, trying to identify the conceptual structure of the philosophical hybridism developed by this author when he tried to find a political solution unprecedented to solve the institutional void of his season. With this purpose, we developed a unique methodology through which it is clear that the Prince does not exist in history, however, to become a reality in the Earth, should rely on the provision of a man who would behave in a way hybrid on-human, extraordinary, and synthetic, in order to solve certain types of problems that prevented the natural emergency or even contractual of the modern State in the Italian peninsula.

**Keywords:** Philosophical hybridism, Animal politics, Epistemological list of ideas.

---

<sup>1</sup> Artigo recebido em 01/12/2012 e aprovado para publicação em 05/02/2013.

<sup>2</sup> Doutor em Filosofia pela USP. Professor Adjunto da Faculdade de Direito da UFPA.

## Introdução

O objetivo geral deste artigo é reorganizar criteriosamente as ideias da obra *O Príncipe* de Maquiavel, identificando particularmente nesse processo a estrutura do hibridismo filosófico desenvolvido por esse autor quando ele tentou encontrar uma solução política inédita contra o problema da falta de um Estado-nação na península itálica. O artigo procura demonstrar, especificamente, que o autor Maquiavel não segue o pensamento elaborado pelo filósofo Aristóteles, nem preconizou o estilo de trabalho dos contratualistas modernos posteriores, dentre eles, Thomas Hobbes, Locke, Rousseau e Kant.

A epistemologia aplicada nesse estudo é um alargamento construtivo do modelo proposto originalmente por Christopher Lloyd (1995), que recomendou que qualquer programa científico de pesquisa mínimo nas Ciências Humanas deveria apresentar uma ontologia, metodologia e teoria programática das ideias. Além desses componentes fundamentais, entretanto, o modelo aplicado nesta pesquisa acrescenta outros elementos que ampliam a sequência lógica sugerida inicialmente por esse mesmo autor, incluindo a axiologia, o pragmatismo e a contextualização espaço-temporal que constituem finalmente aquilo que denominamos nesse estudo de “*inventário epistemológico das ideias*” (MONTARROYOS, 2009; 2010; 2012; CHIAPPIN, 1996).

Em nosso método de investigação, a ontologia representa o que é fundamental; a sua razão de ser; a norma fundamental, de onde deriva todo o sistema das regras subsequentes (LLOYD, 1995; CHIAPPIN, 1996; BOBBIO, 1999; MONTARROYOS, 2006). A metodologia representa, por sua vez, os meios e as técnicas utilizadas ou indicadas pelo autor estudado que fazem a ponte entre as ideias e a realidade dos fatos. Automaticamente, a axiologia representa os valores e os desvalores que estão presentes na seção metodológica, enquanto a teoria declara a visão de mundo do autor com sua verdade, poder e saber, conforme sugere Michel Foucault na obra “*Microfísica do poder*”, apresentando especialmente uma linguagem transcendente das ideias. Na sequência, a práxis identifica os problemas e as tentativas de solução do autor estudado, ficando por último, o contexto, que delimita o espaço social e o tempo histórico das ideias.

## 1. Considerações gerais

Maquiavel não reproduziu a tendência filosófica concebida por Aristóteles que postulou a origem do Estado a partir da evolução natural das instituições, considerando a família como ponto de partida do processo histórico de expansão da casa doméstica na direção da cidade política. Em sua obra *A Política*, Aristóteles (livro I, § 7) afirmou que:

A primeira sociedade constituída de muitas famílias, visando à utilidade comum, porém não diária, é o pequeno burgo; esta parece ser, de modo natural, algo, assim como uma colônia de família. Alguns chamam “*homo galactiens*” (amamentados com o mesmo leite) aos filhos da primeira família e aos descendentes deles. É pela razão de serem as cidades originariamente governadas por reis, como ainda hoje as grandes nações; e pelo fato de elas se constituírem de hordas obedientes à autoridade do rei. Efetivamente, uma casa é administrada pelo componente mais velho da família, que exerce uma espécie do poder real – e as colônias mantinham o governo da consanguinidade.

Também Maquiavel não antecipou a tendência contratualista ou jusnaturalista desenvolvida mais tarde por Hobbes e outros filósofos que defenderam no século XVII e XVIII a origem do Estado através do acordo hipotético da maioria dos indivíduos interessados em fugir do estado de natureza na direção do estado civil do *Leviatã*. De acordo com Hobbes (*Leviatã* II, cap. XVII):

[...] um Estado foi *instituído* quando uma *multidão* de homens concordam e *pactuam, cada um com cada um dos outros*, que a qualquer *homem ou assembleia de homens* a quem seja atribuído pela maioria o *direito de* a pessoa de todos eles (ou seja, de seu representante), todos sem exceção, tanto os que *votaram a favor dele* como os que votaram contra ele, deverão *autorizar* todos os atos e decisões desse homem ou assembleia de homens, tal como se fossem seus próprios atos e decisões, a fim de viverem em paz uns com os outros e serem protegidos dos restantes homens.

Maquiavel constatou na sua época que não havia comunicação, nem convivência plena e pacífica entre os indivíduos italianos; muitos deles, inclusive, moravam em regiões dominadas militarmente por tropas estrangeiras. Naquele momento histórico, havia um pessimismo generalizado sobre a possibilidade de como poderia surgir um Estado moderno na península itálica. Diante desse fato, o ilustre pensador italiano experimentou uma profunda inquietação existencialista, ou seja: - se a evolução não podia acontecer naturalmente, nem racionalmente pelo contrato voluntário entre a maioria dos indivíduos, como poderia ocorrer, então, a emergência do Estado moderno na Itália naquele início do século XVI? A resposta encontrada por Maquiavel foi direta nesse sentido: - usando a força!

Maquiavel admitiu que não existiam condições objetivas nem morais para se aplicar a política do meio-termo, conforme pretendeu a virtude intelectual aristotélica, e ao mesmo tempo não preconizou a política contratualista como tecnologia racional da ordem, pensada mais tarde por Hobbes e outros contratualistas. No contexto da escassez moral italiana, portanto, ganhou destaque o modelo da guerra liderado por um único indivíduo virtuoso, extraordinário; não por nascimento, mas sim por aprendizagem histórica e filosófica dos fatos, cujo comportamento inovador seria decisivo na construção do novo Estado moderno. Em outras palavras, acreditou Maquiavel que para o Estado moderno surgir na sua região precisava surgir igualmente um governante racional e sintetizador de todas as experiências do passado que, aqui-acolá, deram brevemente certo, mas ainda assim no atual estágio careciam de uma síntese racional progressiva.

Para sintetizar essas experiências do passado ficava sempre a mesma pergunta no ar: como fazer essa novidade intelectual? A resposta apresentada por Maquiavel em nosso modelo epistemológico foi exatamente a seguinte: desenvolvendo uma ontologia, metodologia, axiologia, teoria, práxis e contextualização história e social de um novo fenômeno sintético - o hibridismo político.

## **2. A política da força**

De acordo com Maquiavel (cap. III, 1), na política da guerra o soberano tem muitos inimigos principalmente envolvendo “*as pessoas injuriadas com a ocupação de seu território*”. Por isso mesmo, o príncipe deveria contar sempre com o favor dos habitantes de um determinado território para poder dominá-lo, por mais poderoso que seja o seu exército. Segundo o nosso o autor em questão, na política de guerra:

O príncipe não se poderá basear, então, no que acontece nos tempos tranquilos, quando os cidadãos precisam do Estado, e estão todos cheios de promessas, dispostos a morrer pelo soberano uma morte que está remota; pois na adversidade, quando o Estado precisar dos cidadãos, o soberano poderá contar com bem poucos. Essa experiência é ainda mais perigosa porque só pode ser vivida uma única vez. Por isso, o príncipe prudente procurará meios pelos quais seus súditos necessitem sempre do seu governo, em todas as circunstâncias possíveis – e fará, assim, com que lhe sejam sempre fiéis.

A guerra não era novidade na História política. Os romanos, por exemplo, já ensinaram várias técnicas de dominação, mostrando teórica e empiricamente como deveriam ser tratados os vencidos de modo aparentemente civilizado e tolerante. Existiram, inclusive,

diversos heróis de guerra como Ulisses, César, Felipe, Alexandre, Severo, entre outros na Antiguidade, que inspiraram, de tempo em tempo, novas lideranças a conquistar o poder. De modo geral, observou especialmente Maquiavel que na história política dos grandes heróis de guerra a inimizade nem sempre foi suficiente para manter o poder público. Ajudava bastante a atividade política, mas muitas vezes era necessário contar com a amizade dos súditos e do povo, o que não acontecendo, acabou levando muitos impérios e imperadores ao fracasso. Como exemplo mal sucedido de governante, Maquiavel (cap. III, 12) descreveu a experiência do rei Luís XII indicando que ele cometeu vários erros capitais: “*esmagou os menos poderosos; aumentou o poder de um Estado já poderoso; trouxe à Itália um estrangeiro de grande poder; não habitou no território conquistado, nem estabeleceu nele qualquer colônia*”.

Na política maquiavélica, portanto, o modelo da guerra apresentava um novo significado político, mas se baseava ainda na ideia da ação física do governante sobre o mundo e as pessoas, significando na prática que o invasor deveria dominar o território do adversário; destruir sua tradição política; cortar cabeças não no sentido simbólico; impor a dominação através das armas e da burocracia coercitiva que estaria sendo modelada à imagem e semelhança do novo príncipe e assim por diante.

O modelo da guerra que circula intensamente no imaginário maquiavélico trata especificamente da “*guerra justa*”; cuja preocupação essencial é resgatar o que já pertenceu ao povo italiano, ou seja, a sua identidade ou dignidade nacional. De acordo com Maquiavel (cap. XIV, 1): “*os príncipes não deveriam ter outro objetivo ou pensamento além da guerra, a organização e disciplina de tropas, nem estudar outro assunto, pois esta é a única arte que se espera de quem comanda [...] a causa principal da perda dos Estados é negligenciar a arte da guerra; e a maneira de conquistá-los é ser nela bem-versado*”.

### **3. O marketing político**

Na atividade política do novo príncipe (ver obra de José Nivaldo Junior: “*Maquiavel: o poder, história e marketing*”, 2006), existem classicamente várias estratégias para se resistir ao avanço da guerra, entretanto, o ponto que mais chama a atenção agora é adaptação feita por Maquiavel sobre a filosofia da guerra que não é mais uma ação extraordinária e exterior contra os inimigos, mas sim ordinária e interior entre os homens da própria comunidade. E é

justamente a partir dessa novidade filosófica que o marketing político vai desempenhar a sua nova função estratégica (MAQUIAVEL, cap. XIX, 1):

Como se disse, o príncipe deve evitar as coisas que o façam odiado ou desprezado; quando conseguir isso, terá cumprido a sua parte, e os outros defeitos não o farão correr perigo. O que mais contribuirá para fazê-lo odiado é, como já disse, a conduta rapace, a usurpação dos bens e das mulheres dos súditos – o que deve evitar. Quando os súditos têm seu patrimônio e honra respeitados, vivem geralmente satisfeitos; será preciso apenas que o príncipe lute contra a ambição de alguns poucos, que poderão ser controlados facilmente de muitas formas. Por outro lado, o soberano terá péssima consideração se for tido como volúvel, frívolo, efeminado, tímido e irresoluto. Será necessário que se proteja disso, como de um grande inconveniente, e que suas ações testemunhem grandeza, força, ânimo, gravidade e fortaleza. Que ao governar, suas decisões sejam irrevogáveis e que as sustente de tal forma que a ninguém ocorra enganá-lo ou demovê-lo.

No cotidiano da guerra doméstica, o príncipe deve parecer benevolente junto ao povo, fazendo crer que ele é seu amigo. Sua imagem também deve ser a de um homem decidido, mesmo que tenha de escutar sempre a opinião dos especialistas para tomar qualquer decisão técnica em favor do seu povo. Nessa direção, Maquiavel (cap. XIX, 1) acrescentou uma advertência ainda mais fundamental:

Os príncipes precisam se acautelar contra duas coisas: uma, interna – seus súditos-; a outra, externa – as potências estrangeiras. Destas últimas poderão defender-se com boas armas e bons amigos – e sempre terão bons amigos se tiverem boas armas. A situação interna permanecerá tranquila se não for perturbada por conspirações, e se não houver agitações originadas fora do país. Se viverem e governarem como disse, mesmo que outros Estados pretendam atacá-los, permanecerão firmes, podendo resistir a todas as arremetidas, conforme fez Nábias, o espartano, como já relatei.

O príncipe deve parecer que sabe de tudo um pouco, reorganizando, estrategicamente, o que recomendam os seus ministros e assessores com novas palavras e significados que ficam exclusivamente no final, sob o seu controle pessoal exclusivo. Além disso, não se deve praticar derramamentos de sangue na frente do povo. Não é recomendável punir as pessoas publicamente a fim de evitar que se torne visível o lado sujo e violento que existe na construção política do Estado moderno. A verdade pode aterrorizar muitos homens que têm “*coração mole*”, os fracos de espírito, e provocar, assim, a fúria coletiva dos adversários. Nessa direção, Maquiavel (cap. XIX, 6) considerou inclusive que:

Quando a disposição do povo lhe é propícia, o soberano tem pouco a temer com as conspirações; mas quando os súditos são hostis e o odeiam, precisará temer a todos e a cada um. Os Estados bem organizados e os príncipes sábios estudam com interesse a maneira de poupar os aborrecimentos aos grandes, e como agradar o povo e mantê-

lo satisfeito. Este é um dos assuntos mais importantes com que os príncipes se devem ocupar.

Existe, portanto, pelo que sugere a obra de Maquiavel, uma “*caixa-preta*” na política que apenas o Príncipe tem acesso e não pode ser divulgada na propaganda social. Nessa “*caixa-preta*”, estão registrados, secretamente, os atos de crueldade, as “*coisas indizíveis*” para o grande público; os atos repletos de violência, censuras, mortes, tramas e limitações orçamentárias. Desse modo, na política da guerra, o povo não pode conhecer a existência dessas práticas porque pode imaginar, equivocadamente, que elas são realizadas contra o seu próprio bem, justamente pela falta do conhecimento maior que geralmente se tem sobre a dinâmica do poder. Conclusivamente, então, apenas o príncipe seria capaz de administrar e de conhecer, com propriedade, essa dinâmica. De acordo com Maquiavel (cap. XVIII, 5):

Na conduta dos homens, especialmente dos príncipes, contra a qual não há recurso, os fins justificam os meios. Portanto, se um príncipe pretende conquistar e manter o poder, os meios que empregue serão tidos como honrosos e elogiados por todos, pois o vulgo atenta sempre para as aparências e os resultados; o mundo se compõe só de pessoas do vulgo e de umas poucas que, não sendo vulgares, ficam sem oportunidade quando a multidão se reúne em torno do soberano.

O príncipe é um homem de bem. Seu propósito é construir uma comunidade cívica ou patriótica; entretanto, para isso acontecer, o governante tem de lutar todo dia contra os poderosos estrangeiros e contra aqueles que estão infiltrados no povo e na comunidade. O príncipe tem de ser um benfeitor ou empreendedor nesse contexto e sempre deverá animar o seu povo a crescer e a prosperar. Sua política militar não pode, portanto, desprezar a sua missão civilizatória em geral. A versatilidade do governante será sempre fundamental nesse panorama buscando promover mudanças ideais na direção do grande Estado-nação. Nas palavras do próprio Maquiavel (cap. XVIII, 5):

[...] é bom ser e parecer misericordioso, leal, humanitário, sincero e religioso; mas é preciso ter a capacidade de se converter aos atributos opostos, em caso de necessidade. Deve-se entender que um príncipe, especialmente se for novo no poder, nem sempre pode observar tudo o que é considerado bom nos outros homens, sendo muitas vezes obrigado, para preservar o Estado, a agir contra a fé, a caridade, a humanidade e a religião. Precisa, portanto, ter a mente apta a se modificar conforme os ventos que sopram, seguindo as variações da sorte – evitando desviar-se do bem se for possível, mas guardando a capacidade de praticar o mal, se forçado pela necessidade.

#### 4. O hibridismo moral

Maquiavel introduz uma novidade na história do pensamento ético: o hibridismo moral. Diferentemente do que propôs a obra *Ética a Nicômaco*, onde Aristóteles desenvolveu uma complexa engenharia intelectual objetivando simplesmente separar a virtude do vício; na obra *O Príncipe*, por outro lado, Maquiavel procurou fazer exatamente o contrário, ou seja, ele sintetizou os vícios com as virtudes resultando artificialmente esse esforço na emergência de um novo fenômeno ético, aqui melhor compreendido sob a denominação da “*tiranía do bem*”, algo inimaginável até então. Desde Aristóteles, passando por La Boétie (*Discurso sobre a servidão voluntária*); Locke (*Segundo tratado do governo civil*); Rousseau (*O contrato social*), entre outros pensadores modernos, a tirania foi tradicionalmente concebida de forma negativa, um vício do poder, uma anomalia, um mal público conforme nos fizeram acreditar os mestres Platão e Aristóteles. Entretanto, na invenção maquiavélica, a tirania é considerada uma prática necessária do homem de bem, na tentativa de realizar o grande projeto político de fundação do Estado moderno, que nada mais é, por sua vez, a materialização do Sumo Bem. Para Maquiavel, o que se busca virtuosamente através desse novo entendimento é o bem comum, a justiça, a liberdade, e incrivelmente os direitos civis e políticos que estavam comprometidos com a fragmentação da península itálica nas mãos estrangeiras e privadas. Paradoxalmente, entretanto, nesse novo entendimento sobre a tirania, a guerra seria um mal necessário, um vício ou defeito clássico que, agora, propiciaria a realização de metas públicas a fim de alcançar a civilização italiana, usando o excesso de poder público e não a sua escassez ou moderação.

Autores antigos e modernos como Aristóteles, La Boétie, Locke e Rousseau descreveram o homem tirânico com suas maldades, atrocidades e interesses próprios no grau extremo de fechamento do poder pessoal na condição de impostor. Aristóteles, por exemplo, em sua obra *A Política* (cap. VIII, § 7) consagrou o conceito de tirania através dos seguintes aspectos:

É notório, por fim, que a tirania reúne, aos vícios da democracia, os da oligarquia. Ela traz da oligarquia o seu primacial fim que é a riqueza; pois ela forma o único meio de ver o tirano assegurado a fidelidade dos seus satélites e a duração dos seus prazeres. A tirania traz ainda da oligarquia as suas desconfianças contra o povo, e por esse motivo é que ela procura tirar-lhe as armas. Incomodar a população, expulsar da cidade os cidadãos, dispersá-los por todos os lados, trata-se de processo comum da oligarquia e da tirania. De outra forma, ela possui de comum com a democracia o fato de fazer uma guerra incessante aos ricos, prejudicá-los por todos os modos ocultos e patentes, condená-los ao exílio como rivais e inimigos do poder.



A teoria aristotélica da tirania descreveu diversas estratégias que foram reaproveitadas ou recicladas pelo príncipe de Maquiavel, como meio da bondade e não como finalidade do príncipe. Segundo Aristóteles, na obra *Ética a Nicômaco*:

§2- [...] *São estes os meios de que se vale a tirania para conservar a força, sufocar os que tenham certa superioridade, fazer assassinar os homens que possuem sentimentos altruístas, não permitir as refeições em comum, as associações de amigos, a instrução, enfim, nada de semelhante; evitar todos esses hábitos que são próprios para despertar a confiança e a grandeza do espírito [...].*

§ 7- *É ainda próprio do caráter do tirano não se contentar na companhia dos homens graves e livres, pois ele tem a pretensão de ser o único que tem tais regalias [...]*

§ 8- *Pode-se de certo modo, reunir todas essas manobras em três tipos, pois existem três coisas a que a tirania se propõe: em primeiro lugar, o aviltamento dos vassalos: o que tem espírito vil e covarde, jamais será tentado a conspirar; depois, a desconfiança que alimenta os cidadãos entre si, pois a tirania apenas pode ser derrubada quando os homens tiverem entre si uma confiança mútua. Este é o motivo pelo qual o tirano guerreia os homens de bem, que podem trazer prejuízo à sua autoridade não apenas porque eles possuem confiança em si mesmo, e com isso conseguem a confiança dos demais. Por fim, a terceira coisa que pretende a tirania é a impossibilidade de agir, pois ninguém realiza o impossível; conseqüentemente, não se toma a tarefa de destruir a tirania quando não se tem o poder de o fazer.*

Na filosofia política maquiavélica, o tirano aparentemente pode ser uma criatura maligna, mas somente na sensibilidade dos estrangeiros e adversários do futuro Estado italiano. O decisivo mesmo nessa nova filosofia é que a tirania tem poder civilizatório no caso italiano e pode ajudar o governante a ser um grande amigo do povo que está sendo oprimido pelos estrangeiros. A tirania do bem pode tornar, inclusive, o governante uma espécie de super-herói moderno para os futuros cidadãos, mas obviamente nesse caso a tirania será o exercício do bem na sensibilidade do povo liberto das mãos dos estrangeiros pela ação do príncipe. É isso que interessa idealmente para Maquiavel: os fins justificam os meios!

## **5. O hibridismo político**

Outra invenção filosófica produzida por Maquiavel é o hibridismo político. Desenvolvendo esse tipo de procedimento, Maquiavel sintetizou a força animal com a razão humana, lembrando fundamentalmente a pedagogia do centauro Quironte quando este ensinava Ulisses a governar. Inspirado na imagem híbrida e extraordinária dessa criatura, Maquiavel (cap. XVIII, 2) considerou que se pode lutar de duas maneiras: pela lei e pela

força. O primeiro método é próprio dos homens; o segundo, dos animais. Porém, como o primeiro pode ser insuficiente, convém recorrer sempre ao segundo. É necessário, nesse sentido, completa Maquiavel, que o príncipe saiba usar bem tanto o procedimento dos homens, como o dos animais. É o que ensinaram veladamente os antigos escritores ao narrarem como Aquiles e muitos outros foram confiados à tutela do centauro Quironte. De acordo com o que escreveu Maquiavel: “*a parábola desse professor meio-humano, meio-animal, adverte que um príncipe deve saber usar as duas naturezas; e que qualquer uma delas sem a outra não é duradoura*” (idem). Nessa linha de pensamento, o príncipe deveria ter duas qualidades intrínsecas e sintetizadas: a animalidade e a racionalidade humana por meio das leis.

Através da animalidade, especificamente, o príncipe deveria ter a coragem de um leão e a esperteza de uma raposa para saber fugir das armadilhas com rapidez. A figura do príncipe teria necessidade dessas duas qualidades integradas, ou virtudes ontológicas, objetivando particularmente enfrentar a complexidade dos adversários. Na base desse raciocínio, Maquiavel acreditava, portanto, que os homens eram criaturas traiçoeiras; mudavam de opinião facilmente; eram competitivos e perdiam a cada dia o sentimento cívico muito facilmente. Ao mesmo tempo, Maquiavel ressaltou que o príncipe no dia a dia não poderia mostrar ou deixar sobressair ininterruptamente a sua face animal para o povo; tal situação seria demais insuportável e aterrorizante para o sentimento vulgar.

Seria, portanto, através da propaganda social que o príncipe garantiria a sua imagem de criatura humana; caridosa; religiosa; fraterna; humana, embora já saibamos, ao abrir a “*caixa-preta do poder*”, que o príncipe se comportaria de maneira híbrida em todos os momentos. Quando a situação exigisse o contrário, mesmo diante do povo, o príncipe poderia e deveria realizar o mal contra os inimigos; demonstrar sua versatilidade, audácia, coragem, fortaleza, continência; desenvolvendo assim o lado animal de sua personalidade política.

Através da propaganda social, portanto, o príncipe realmente deveria tocar no “*coração*” da massa. Por extensão, os súditos e o povo reconquistados deveriam ser amigos do príncipe. Consequentemente, não se poderia despertar neles o medo, o receio e a desconfiança. Se alguém estivesse afastando o príncipe do bem comum e dos braços do povo, seria lícito, para Maquiavel, nesse caso, que se praticasse o crime real contra o inimigo, mas preferencialmente de forma invisível e não propagandeada para o grande público, pois se trata de uma estratégia complexa demais para o povo compreender racionalmente a grandeza daquilo que estamos denominando aqui nesse estudo de “*tirania do bem*”.

## Considerações finais

De acordo com o pensamento original do italiano Maquiavel, os fins justificam os meios, porque, segundo ele, existe uma urgência que deve ser atendida, que é criar um governo forte, absoluto e soberano para o povo. Para realizar essa meta, não cabe aqui a receita cristã do amor fraterno entre as pessoas, muito menos a ética da solidariedade espontânea concebida pelos humanistas. Segundo Maquiavel, existem questões políticas onde a comunidade pode reaparecer com vigor e entusiasmo cívico apenas e unicamente através da aplicação da força do governante e não do consenso, da cooperação e da boa vontade dos cidadãos e opositores.

Acreditando que a política é uma guerra justa, Maquiavel propôs estratégias de combate. Nessa perspectiva, seu modelo é individualista e se concentra na engenhosidade de um único comandante, que tudo deve fazer para alcançar os fins, que seriam obviamente direcionados ao bem comum. Segundo Maquiavel, os homens são criaturas duvidosas e rebeldes por natureza, por esse motivo, propõe-se na sua filosofia que os meios sejam violentos e desagradáveis, pois não se pode derrubar o inimigo oferecendo *flores e hospitalidade* sempre. Nesse sentido, a lista dos meios propostos por Maquiavel para destruir os inimigos é extensa e pode ser sintetizada brevemente em algumas práticas nada cristãs ou fraternas da parte do *governante*, dentre elas, podemos citar:

- Ludibriar com falsas promessas os inimigos;
- Reafirmar no palanque popular que o governo é de todos, mas na prática ficando restrito ao poder da espada (ou da caneta, nos dias atuais);
- Desenvolver propagandas enganosas para o povo contemplar as ações do governo;
- Cercar-se de bons assessores e secretários e ministros a fim de colher deles as melhores ideias, que serão depois sintetizadas pelo governante;
- Promover a espionagem;
- Subornar os adversários;
- Promover espetáculos e divertimentos a fim de distrair o senso crítico da população;
- Burocratizar os serviços públicos, onde cada repartição vai exhibir um quadro do governante [de preferência sorridente], marcando a presença simbólica do príncipe em todos os lugares da comunidade.

O governante é, portanto, o agente principal da comunidade. É aquele que age. O príncipe nesse sentido quer dizer: o líder ou condutor que assumirá a primeira posição do poder. Como criatura ideal, o príncipe deve desenvolver qualidades ou virtudes complementares que não estariam nem no céu, nem no inferno, mas residiriam tão somente na síntese da animalidade do ser humano com a sua racionalidade. Segundo Maquiavel, existiriam duas virtudes consideráveis: a esperteza e a coragem. Nessa perspectiva, o autor introduziu um pensamento revolucionário na filosofia moderna, pois além de desenhar o que seria uma “*política animal*”, ele descreveu as virtudes dessa política a partir do comportamento natural da raposa e do leão. De acordo com as palavras textuais do pensador Maquiavel, “*sendo obrigado a agir como um animal deve o príncipe valer-se das qualidades da raposa e do leão, pois o leão não sabe se defender das armadilhas e a raposa não consegue defender-se dos lobos. É preciso, portanto, ser raposa para reconhecer as armadilhas e leão para afugentar os lobos*”. Essa filosofia inspirou, mais tarde, a produção de várias obras renomadas e comentários críticos de personalidades históricas, como Napoleão Bonaparte, o imperador francês, no final do século XVIII, que *chegou* ao ponto de fazer um texto de apresentação dedicado à obra *O Príncipe*, de Maquiavel. Também o sociólogo Max Weber, no século XIX, escreveu o livro *Política como vocação*, inspirado largamente na filosofia maquiavélica. Mais adiante, o italiano marxista Antonio Gramsci (na década de 1930) escreveu, por sua vez, um livro intitulado *Maquiavel, o Príncipe e o Estado Moderno*, onde segundo ele, o príncipe moderno não seria mais o governante, mas sim o Partido Comunista.

A filosofia sistematizada por Maquiavel no período do Renascimento desenvolveu a seguinte fórmula de raciocínio: profundas mudanças, num ambiente repleto de pessimismo, e com opositores em permanente estado de competição, dependerão sempre da atitude de grandes homens, que não surgirão do Céu, mas da Terra, com capacidade de articulação acima da média, dotados de prudência, sabedoria, e coragem. Em síntese, os homens verdadeiramente virtuosos que desejam ser “príncipes” [podendo hoje ser igualmente mulheres desejando ser “princesas”] não terão receio de usar para essa finalidade meios violentos e contrários à Religião *objetivando* tão somente alcançar a meta do bem comum pretensamente em favor de sua comunidade nacional. Assim pensando, Maquiavel abriu a “*caixa-preta*” do poder público; entretanto, o que deveria ser um manual secreto e elitizado de dominação política na Itália de sua época, foi repassado para uma multidão planetária de leitores ao longo de sucessivas gerações e em diferentes latitudes; daí em diante, a sua

filosofia ganhou seguidores fervorosos e despertou a crítica de adversários radicais que, apesar de todos os esforços, jamais conseguiram até hoje apagar o seu brilhantismo intelectual devido ao realismo de suas proposições filosóficas.

A filosofia maquiavélica articula seis conceitos fundamentais. O primeiro deles é de natureza ontológica e se refere ao “*hibridismo político*” que caracteriza a essência da personalidade do príncipe. Nesse conceito, a personalidade do governante ideal sintetizaria intelectivamente qualidades ou condutas humanas e animais desejando produzir um estadista (ou super-herói moderno) com versatilidade ontológica suficiente para enfrentar a complexidade da sua realidade social, lutando contra os inimigos e ao mesmo tempo trabalhando em favor dos cidadãos, por meio da tirania do bem.

O segundo conceito é de natureza metodológica. Reúne métodos e técnicas através do modelo da guerra. Conceitualmente, para Maquiavel, a “*guerra*” é um meio justo para reconquistar o capital humano do Estado italiano. Sem o povo, não é possível a existência de qualquer sociedade política. No contexto italiano, especificamente, a guerra tem papel decisivo e constitui um meio nobre e justo: é um mal necessário. Diferente de Hobbes que não viu nada de construtivo na ideia da guerra, ou de Kant que admitiu a saturação histórica da guerra que daria lugar racionalmente à paz no mundo, nosso ilustre pensador italiano desenvolveu positivamente o conceito de guerra justa a fim de justificar a reconquista daquilo que lhe pertenceu como súdito. Além disso, a guerra justa não seria somente contra os estrangeiros, mas também contra os inimigos internos e membros da própria comunidade nacional. Seria, portanto, através da guerra que nasceria uma nova ordem público-estatal na Itália.

O terceiro conceito da filosofia elaborada por Maquiavel é de natureza axiológica e se refere ao “*hibridismo ético*” do príncipe. Na concepção original do pensador italiano, o bem comum é produto da presença máxima do Estado, forte, soberano, planejador e interventor na sociedade.

Classicamente, Maquiavel repetiu a crença do “*bem comum*” como produto final da atividade política [entenda-se, da atividade puramente estatal]. Na obra “*Ética a Nicômaco*”, por exemplo, Aristóteles já propôs a busca intelectual do meio-termo que constituiria para ele, uma virtude eloquente na tentativa de produzir, artificialmente, uma forma de governo mais equilibrada e justa para os cidadãos que tinham a sorte, é claro, de não serem escravos ou mulheres. Maquiavel, no entanto, fez uma revolução nessa forma de pensar. O príncipe deveria utilizar, paradoxalmente, segundo ele, a forma de governo tirânica contra os inimigos,

produzindo malefícios públicos apenas para os adversários. Mas essa tirania também seria benevolente e teria como meta a República, embora para muitos comentaristas a proposta de Maquiavel pareça cair na fronteira com o ideal monárquico. Acima de tudo, entretanto, a “*tiranía do bem*” é um conceito híbrido inovador (e talvez seja isso a causa dessa grande confusão analítica se o príncipe estaria indo para a República ou Monarquia). Para compreender esse conceito que hoje é tão compreensível para nós (basta olhar rapidamente para a China e ver como essa tirania produz o bem para o seu povo; ou a experiência de Cuba, etc.). Portanto, na “*tiranía do bem*”, o príncipe que pretende criar e ampliar o seu poder político será forçado, às vezes, a praticar o mal, principalmente quando o partido e o povo são corruptos e criam barreiras para as boas obras que precisam ser realizadas na direção do Estado.

Reforçando essa visão de mundo, o quarto conceito maquiavélico, de natureza teórica, declara, conseqüentemente, que a “*soberania do Estado*” é mantida pelo monopólio da força e da violência através do controle oficial dos aparelhos repressivos, burocráticos e ideológicos de governo. Como se não bastasse essa prerrogativa reivindicada por Maquiavel, o moderno Estado soberano também deveria possuir o monopólio da própria atividade política, considerando o fato de que o povo italiano teria ficado “*frouxo e efeminado*”. Em outros momentos, segundo o nosso autor, destacavam-se no cenário social apenas “*homens traiçoeiros, corruptos e sem nenhuma virtude cívica segura*” para dar continuidade ao projeto maquiavélico, “*estatocêntrico*”. Curiosamente, dessa vez, a transformação política não seria pelo contrato, mas pela imposição da força; por meio de um governante não na forma de uma pessoa artificial maquínica, repleta de artimanhas *lógicas e jurídicas*, mas na forma de uma pessoa humana “*demais*”, o príncipe, repleto de artimanhas *psicológicas e políticas*.

Na filosofia elaborada por Maquiavel, é o Estado quem vai produzir a nova sociedade civil italiana, e não o contrário. Entretanto, quem vai inventar o próprio Estado? Resposta maquiavélica: o Príncipe, desde que ele esteja usando uma metodologia nova de governo. Essa metodologia tem que ser híbrida ou sintética, na sua concepção. Porém, onde encontrá-la? Na obra *O Príncipe*!

Nesse ponto, Maquiavel não antecipou a tendência filosófica de Hobbes. Diferentemente do que aconteceu na filosofia hobbesiana, o contrato social proposto por Maquiavel não consegue ser argumentado por meio da união da maioria dos indivíduos devido à fragmentação de norte a sul existente na península itálica. A nova ordem estatal será resultado exclusivamente da ação de um único e solitário indivíduo, com efeito multiplicador

ou arrastão na sociedade, de cima para baixo, o que vai depender bastante da habilidade ou versatilidade do príncipe para arquitetar um novo tipo de contrato social, cuja meta é a criação de um Estado forte com seus derivados, isto é, a sociedade civil, o mercado e o cidadão, todos eles tutelados, ou como diria Michel Foucault em sua obra *Microfísica do poder*, simplesmente dominados!

O quinto conceito maquiavélico é de natureza prática e se relaciona com a “*prudência*”. De acordo com a definição do próprio Maquiavel, o príncipe deve ter capacidade de antevisão dos fatos; antes de tudo, ele precisa fazer prevenções e previsões para não perder o controle do poder. Para justificar a importância da prudência, Maquiavel chegou a fazer uma ligeira revisão da História a partir do que ele conseguiu visualizar outro conceito de trabalho importantíssimo: a “*fortuna*”.

O sexto conceito é de natureza contextual e considera a História dominada pela sorte parecendo com uma “*mulher que deve ser domesticada*”. Na perspectiva do conceito de “*fortuna*”, especificamente, o destino e o acaso, segundo Maquiavel, não podem ser fatores limitantes do príncipe que é ontologicamente ou conscientemente programado para avaliar a oportunidade das mudanças históricas; sendo também obrigado a desenvolver soluções práticas diante da complexidade social; e finalmente nunca se acomodar com o destino natural, com o acaso e com a herança dos antepassados.

## Referências

ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. São Paulo: Martin Claret, 2001.

\_\_\_\_\_. **A Política**. São Paulo: Martin Claret, 2003.

BOBBIO, Norberto. **Teoria do ordenamento jurídico**. Brasília: UnB, 1999.

CHIAPPIN, José Raymundo Novaes. **Racionalidade, decisão, solução de problemas e o programa racionalista**. In: *Ciência & Filosofia*. São Paulo: Universidade de São Paulo; Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 1996, n. 5, p. 155-219.

HOBBS, Thomas. **O Leviatã...** São Paulo: Abril Cultural, 1979.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2008.

JUNIOR, José Nivaldo. **Maquiavel: o poder, história e marketing**, 2006

LA BOÉTIE, Etienne. **Discurso sobre a servidão voluntária**. *E-book Editora Saraiva*.

LLOYD, Christopher. **As estruturas da História**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1995.

LOCKE, John. **Segundo tratado do governo civil**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

MAQUIAVEL, N. **O Príncipe**. São Paulo: Martin Claret, 2004.

MONTARROYOS, Heraldo. **A anarquia ordenada e suas regras de decisão...** São Paulo: USP, 2006.

\_\_\_\_\_. A filosofia jurídica do contrato hobbesiano. **Theoria: Revista Eletrônica de Filosofia**, n. 02, 2009, p. 1-11.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **O contrato social**. Coleção Europa-América [s.d].